

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Democratização da educação superior: trajetórias acadêmicas de médicos cotistas egressos da UFRJ

Marcia Meibel Dantas

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17710>

Submetido em: 2026-08-29

Postado em: 2026-09-02 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: TRAJETÓRIAS ACADÊMICAS DE MÉDICOS COTISTAS EGRESSOS DA UFRJ

Márcia Meibel da Rosa Dantas.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-8468-490X>

marciameibel@gmail.com

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO: Passados mais de vinte anos das primeiras experiências de ação afirmativa no Brasil e mais de uma década da promulgação da Lei nº 12.711/2012, aprimorada pela Lei nº 14.723/2023, o ensino superior brasileiro apresenta transformações no perfil discente. Nesse contexto, este artigo tem como foco as dinâmicas relacionadas ao eixo “vivências e diversidade no ambiente acadêmico” em um espaço historicamente elitizado, como o curso de medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O objetivo foi compreender como as relações de sociabilidade e os desafios de permanência material e simbólica marcaram as trajetórias de egressos cotistas, considerando as intersecções de raça e classe diante de uma cultura médica tradicionalmente excludente. Metodologicamente, trata-se de um estudo qualitativo, exploratório e descritivo, fundamentado em entrevistas em profundidade com médicos que ingressaram pelo sistema de cotas, submetidas à análise de conteúdo temática. Os resultados evidenciam que as políticas de ação afirmativa têm contribuído para democratizar o acesso à formação médica. Entretanto, as narrativas revelam experiências de racismo, manifestadas de formas veladas ou explícitas e fragilidades no suporte institucional, indicando que o acesso à formação não elimina os desafios de permanência e pertencimento acadêmico. Conclui-se pela necessidade de consolidar políticas institucionais antirracistas, articuladas ao acolhimento e à assistência estudantil, de modo que a promoção da equidade na formação médica transcenda a reserva de vagas e alcance dimensões estruturais, pedagógicas e institucionais da cultura acadêmica.

Palavras-chave: políticas de ação afirmativa, ensino superior, lei de cotas, formação médica, permanência estudantil.

DEMOCRATIZATION OF HIGHER EDUCATION: ACADEMIC TRAJECTORIES OF QUOTA-BENEFICIARY MEDICAL GRADUATES FROM UFRJ

ABSTRACT: More than two decades after the first affirmative action initiatives in Brazil and more than a decade after the enactment of Law No. 12.711/2012, further strengthened by Law No. 14.723/2023, Brazilian higher education has undergone transformations in its student profile. Against this backdrop, this article focuses on the dynamics surrounding the axis of “experiences and diversity in the academic environment” within a historically elitized field, namely medical education at the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ). The study aimed to understand how social

relationships and the challenges of material and symbolic retention shaped the trajectories of graduates admitted through the quota system, considering the intersections of race and class in the context of an exclusionary medical culture. Methodologically, this is a qualitative, exploratory, and descriptive study based on in-depth interviews with physicians who entered medical school through the quota system, analyzed using thematic content analysis. The findings indicate that affirmative action policies have contributed to democratizing access to medical education. However, participants' narratives reveal experiences of racism, expressed in both subtle and explicit forms, as well as weaknesses in institutional support, indicating that access to medical training does not eliminate the challenges associated with retention and a sense of academic belonging. The study concludes that there is a need to consolidate institutional anti-racist policies integrated with student support and assistance measures, so that the promotion of equity in medical education extends beyond the reservation of places and encompasses the structural, pedagogical, and institutional dimensions of academic culture.

Keywords: affirmative action policies; higher education; quota law; medical education; student persistence.

INTRODUÇÃO

A educação superior brasileira passou, nas últimas décadas, por um processo de expansão e diversificação que alterou significativamente o perfil do público universitário. A ampliação das oportunidades de acesso, associada à implementação das políticas de ação afirmativa, favoreceu o ingresso de grupos historicamente sub-representados no ensino superior, especialmente estudantes negros, indígenas e de famílias de baixa renda. Esse processo constitui um marco na democratização do acesso à universidade pública, ao ampliar oportunidades educacionais e tensionar estruturas historicamente marcadas por desigualdades sociais e raciais.

A promulgação da Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, instituiu a reserva de vagas nas instituições federais de ensino para estudantes oriundos da rede pública, considerando critérios de renda e pertencimento étnico-racial. Posteriormente, a Lei nº 14.723/2023 ampliou e aperfeiçoou os mecanismos de implementação da política. Ao longo desse processo, as ações afirmativas produziram mudanças importantes na composição do corpo discente das universidades federais e deslocaram o debate para além do ingresso, colocando em evidência desafios relacionados às condições de permanência, às relações estabelecidas no cotidiano acadêmico e às formas de reconhecimento e pertencimento construídas pelos estudantes.

A ampliação do acesso, portanto, não esgota o processo de democratização da educação superior. Permanecer na universidade, estabelecer vínculos acadêmicos e construir um sentimento de pertencimento constituem dimensões fundamentais para compreender os efeitos das políticas de ação afirmativa. Nesse sentido, a presença de estudantes negros nas universidades federais confronta

uma configuração historicamente marcada pela predominância de grupos brancos e socialmente privilegiados. Gomes (2019) chama atenção, para a importância da valorização das identidades negras no ambiente acadêmico e para o enfrentamento de processos de embranquecimento e de violência simbólica que podem atravessar as trajetórias educacionais. A noção de violência simbólica, desenvolvida por Bourdieu (1989), contribui para compreender os mecanismos sutis por meio dos quais determinadas hierarquias, normas e formas de reconhecimento são naturalizadas no espaço universitário.

Essa discussão assume particular relevância quando direcionada à formação médica, tradicionalmente associada a elevados níveis de seletividade social e à predominância de estudantes em sua maioria brancos, oriundos de grupos socioeconomicamente favorecidos.

Este artigo se situa na problemática de compreender como estudantes que ingressaram por meio das políticas de cotas raciais vivenciaram sua formação em um curso de alta seletividade, particularmente no que diz respeito às relações de sociabilidade, experiências de reconhecimento e às condições materiais e simbólicas de permanência. A perspectiva dos médicos egressos permite, ainda, uma leitura retrospectiva dessas experiências, possibilitando compreender os sentidos atribuídos às situações que viveram durante a graduação e seus desdobramentos.

Embora a produção acadêmica sobre políticas de ações afirmativas tenha se ampliado, parte importante dos estudos permanece concentrada nas condições de acesso e nos efeitos das políticas de reserva de vagas sobre a composição do ensino superior. Com isso, são escassas pesquisas a partir das narrativas de egressos e que investigam como se constituíram suas experiências durante a graduação, principalmente no curso de medicina. Essa lacuna é particularmente relevante no caso da formação médica, na qual as desigualdades raciais podem assumir características específicas.

Ao considerar as narrativas de médicos egressos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) que ingressaram por meio das políticas de cotas raciais, este artigo busca captar como essas relações marcaram suas trajetórias acadêmicas. O argumento central é que a democratização da educação superior não pode ser compreendida apenas pela ampliação das oportunidades de ingresso, uma vez que sua efetividade também depende das condições de permanência e das possibilidades de reconhecimento e pertencimento produzidas no cotidiano universitário.

O artigo constitui um recorte de uma pesquisa mais ampla, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRJ, sobre as trajetórias de médicos cotistas egressos da instituição. Neste recorte, são analisadas as experiências dos entrevistados nas relações

com colegas e professores, nas formas de sociabilidade, nos desafios materiais e simbólicos, nas manifestações de racismo e nas estratégias de enfrentamento mobilizadas durante a graduação.

Além desta introdução, o artigo está organizado em três seções e nas considerações finais. A primeira, discute o processo de democratização da educação superior e as políticas de ação afirmativa, com atenção às especificidades da formação médica. A segunda, apresenta os procedimentos metodológicos adotados. A terceira, analisa as narrativas dos participantes ao longo da formação, contemplando as dimensões de sociabilidade, diversidade racial e pertencimento no ambiente acadêmico; permanência material e simbólica; racismo e experiências de deslegitimação. Por fim, as considerações finais retomam os principais achados e discutem suas implicações para o fortalecimento de políticas institucionais de equidade e permanência na educação superior

1 DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E AÇÕES AFIRMATIVAS NA FORMAÇÃO MÉDICA

O ensino superior brasileiro constituiu-se ao longo da história como um espaço de acesso restrito a segmentos sociais que reuniam melhores condições econômicas, sociais e culturais. Desde sua formação, a educação superior esteve associada à preparação de grupos destinados a ocupar posições de destaque na vida intelectual, política e econômica do país (Martins, 2018). Em um contexto no qual a própria educação básica permanecia restrita a parcelas reduzidas da população, o ingresso no ensino superior esteve distante de se constituir como um direito efetivamente acessível à maioria dos brasileiros (Heringer; Ferreira, 2011).

A expansão da educação superior ao longo do século XX ocorreu de maneira desigual e não alterou substantivamente o caráter socialmente seletivo do sistema. A Reforma Universitária de 1968 promoveu mudanças na organização do ensino superior e foi acompanhada por significativa expansão do setor privado. Essa expansão quantitativa, contudo, não significou democratização do acesso, uma vez que a ampliação das vagas conviveu com a manutenção de desigualdades sociais e raciais, sobretudo no acesso às instituições e aos cursos de maior prestígio (Cunha, 2003; Senkevics, 2021). Nas décadas seguintes, especialmente nos anos 1990, a expansão das matrículas ocorreu com forte participação do setor privado, enquanto as instituições públicas permaneceram marcadas por processos seletivos competitivos e pela concentração de cursos socialmente valorizados (Cunha, 2003).

A Constituição Federal de 1988 constituiu um marco ao reconhecer a educação como direito social e estabelecer a igualdade de condições para o acesso e a permanência. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) reafirmou esses princípios e estabeleceu as bases para a organização do sistema educacional. Entretanto, a expansão do ensino superior como mencionado, não foi acompanhada, inicialmente, por uma alteração proporcional na composição social e racial de seus estudantes. Senkevics (2021) aponta que, em 1995, aproximadamente oito em cada dez jovens que acessavam o nível superior eram brancos, evidenciando a persistência da sub-representação da população negra e de outros grupos historicamente excluídos.

É nesse contexto que as políticas de ação afirmativa assumem centralidade como mecanismos de enfrentamento às desigualdades de acesso ao ensino superior. As desigualdades raciais passam a ganhar visibilidade governamental, especialmente pela divulgação de pesquisas sobre as desigualdades raciais feitas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (Feres Junior; Daflon; Campos, 2011). Sua implementação parte do reconhecimento de que a igualdade formal de oportunidades não é suficiente quando os sujeitos chegam aos processos seletivos em condições profundamente desiguais, produzidas por trajetórias sociais, econômicas, educacionais e raciais distintas. Além das demandas do Movimento Negro, ganhando visibilidade na gestão do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva. As ações afirmativas passam, assim, a constituir instrumentos de democratização capazes de intervir sobre as desigualdades que os critérios universais de seleção, isoladamente, não conseguem superar. No caso brasileiro, esse processo resultou de reivindicações históricas, particularmente protagonizadas pelo Movimento Negro, cuja atuação contribuiu para colocar a questão racial no centro das agendas educacionais e das políticas públicas (Gomes, 2017).

A presença de estudantes negros e de outros grupos historicamente sub-representados pode produzir novas experiências relacionadas às relações acadêmicas, às condições materiais de formação, às representações sobre quem ocupa legitimamente esses espaços e às possibilidades de reconhecimento e pertencimento.

A diversificação do corpo discente representa uma mudança importante no corpo social da universidade, mas não significa, por si só, que tenham sido igualmente transformadas as relações acadêmicas, as condições de formação e as formas de reconhecimento dos sujeitos que passam a ocupar esses espaços.

A análise das trajetórias acadêmicas constitui, portanto, uma via para compreender a democratização para além do acesso. Ao retomar as experiências de estudantes cotistas durante sua formação médica, torna-se possível identificar tanto os efeitos produzidos pelas políticas de ação

afirmativa quanto os limites da estrutura institucional que atravessam a experiência universitária. É a partir dessa perspectiva que este artigo analisa as trajetórias acadêmicas de médicos cotistas egressos da UFRJ.

2 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

O corpus analisado neste artigo é constituído por quatro entrevistas semiestruturadas realizadas com médicos negros egressos do curso de medicina da (UFRJ), formados em 2022, sendo duas mulheres e dois homens. O recorte concentra-se nos relatos dos participantes, buscando conhecer as suas histórias e os sentidos atribuídos pelos participantes às suas trajetórias acadêmicas, particularmente no que se refere à essas experiências.

A pesquisa que fundamenta este artigo adota abordagem qualitativa e articula revisão bibliográfica, dados secundários, questionário e entrevistas semiestruturadas. A perspectiva qualitativa mostrou-se pertinente por permitir acessar dimensões da experiência que não se reduzem a indicadores objetivos, considerando as interpretações elaboradas pelos próprios sujeitos acerca de seus percursos (Kaufmann, 2013).

O campo empírico foi constituído por egressos do curso de medicina da UFRJ formados em 2022. A escolha dessa turma relaciona-se ao fato de seu ingresso ter ocorrido no contexto de vigência da Lei nº 12.711/2012, permitindo analisar as experiências de estudantes que realizaram sua formação médica em um período marcado pela consolidação das políticas de reserva de vagas no ensino superior. A UFRJ constitui, nesse sentido, um campo relevante para a análise das políticas de ação afirmativa, especialmente em um curso associado à elevada seletividade social e racial.

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) adotou a política de ação afirmativa de forma tardia, marcada por uma resistência significativa, sobretudo no que diz respeito à adoção de critérios raciais. Enquanto a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual da Bahia (UNEB) foram pioneiras na adoção das ações afirmativas para estudantes de escola pública, pretos e pardos a partir de 2001 (Heringer, 2023).

Somente em 2011 a UFRJ aderiu a política de cotas sociais, o corpo deliberativo acreditava que as cotas sociais seriam suficientes para permitir o ingresso dos segmentos historicamente excluídos.

A trajetória da universidade em relação a política de ação afirmativa de cotas raciais foi marcada por momentos de negação e posteriormente inércia. O debate, iniciando em 2003, permaneceu parado até 2010, ano que foi levado novamente ao Conselho Universitário (CONSUNI)

pelo professor Marcelo Paixão¹, então membro do Conselho no período da gestão do ex-reitor Aloísio Teixeira (Paixão, 2016).

O debate sobre a questão ganhava força em âmbito nacional, porém a UFRJ mostrou-se reticente e pouco efetiva em relação ao avanço da discussão. Apesar disso, com a promulgação da lei 12.711/2012, a universidade foi compelida a adotar a política de cotas em seus processos seletivos em 2013. Essa decisão representou o desfecho de um longo processo de resistência institucional, mas também marcou um divisor de águas na busca por inclusão e equidade racial no ensino superior (Magalhães e Menezes, 2014).

Nesse cenário, merece destaque a posição assumida pela Faculdade de Medicina (FM), que se manifestou contrária à implementação de cotas para o ingresso na universidade e favorável à valorização do mérito, propondo em uma reunião a criação de cursos preparatórios para o vestibular a alunos de escolas públicas: —Quanto à opinião do Departamento de Cirurgia, a respeito de reserva de vagas para vestibular das IFES, o Corpo Deliberativo foi contrário a qualquer seleção por critério racial e sim manter o maior número de bolsas para os alunos carentes, independente de raça ou credo (UFRJ, 2004, p.1).

O posicionamento contrário às políticas de ações afirmativas por parte de grande parte dos membros do curso de medicina da UFRJ não é uma novidade. Trata-se de uma postura de preservação de privilégios e que desconsidera a questão histórica que originou a sociedade brasileira. No entanto, é fundamental reconhecer que a implementação das cotas na universidade é revolucionária, principalmente em cursos como o de medicina.

Nesse sentido, a caracterização da turma de egressos analisada permite dimensionar, empiricamente, os efeitos dessa política sobre o perfil de ingresso no curso. A partir dos dados disponibilizados pela Pró-Reitoria de Graduação (PR1/UFRJ), indentificou-se um universo de 191 egressos, dos quais 53,4% ingressaram pela ampla concorrência e 46,6% por diferentes modalidades de reserva de vagas. Em relação à composição racial, os estudantes autodeclarados brancos correspondiam a 48,2% dos egressos, seguidos por autodeclarados pardos (33,5%) e pretos (5,2%).

É importante ressaltar que no período de ingresso da turma analisada, a autodeclaração racial constituía o procedimento utilizado para o acesso às vagas destinadas a candidatos negros (pretos e

¹Professor associado da The University of Texas, afiliado ao AADS e ao LLILAS, e ex-presidente da Brazilian Studies Association (BRASA). Economista pela UFRJ, mestre em Engenharia de Produção e doutor em Sociologia pelo IUPERJ, com pós-doutorado em Princeton. Foi professor do Instituto de Economia da UFRJ e teve papel de destaque na implementação das ações afirmativas na universidade.

pardos). O procedimento de heteroidentificação² foi regulamentado somente em 2019 pela UFRJ como mecanismo complementar à autodeclaração, baseado na análise de características fenotípicas. Essa distinção é relevante para a pesquisa, uma vez que os participantes ingressaram em período anterior à adoção institucional da heteroidentificação.

A seleção dos participantes ocorreu a partir do contato com o primeiro entrevistado, o qual respondeu ao questionário e os demais participantes foram acessados por meio da técnica de bola de neve, estratégia que consiste em solicitar aos participantes indicações de outros possíveis entrevistados que atendam aos critérios definidos para a pesquisa. O procedimento mostrou-se pertinente diante da dificuldade de acesso direto aos egressos e possibilitou a constituição de um grupo de participantes com características relacionadas ao objeto investigado. As quatro entrevistas foram realizadas com médicos egressos cotistas raciais, contemplando duas mulheres e dois homens.

Com o objetivo de contextualizar os interlocutores, o Quadro 1 apresenta algumas características dos entrevistados. Todos os nomes são fictícios.

Quadro 1: Perfil dos entrevistados – Egressos cotistas de medicina da UFRJ 2022 (Campus Fundão)

Nome	Idade	Cor/Raça	Ingresso no Curso
Bento	28	Pardo	2017
Beatriz	27	Preta	2015
Francisco	29	Preto	2017
Marina	26	Preta	2017

Fonte: Produção própria

As entrevistas³ foram submetidas à análise de conteúdo, com base na abordagem proposta por Minayo (2012), buscando identificar sentidos, recorrências e dimensões significativas presentes nas narrativas dos participantes. A análise considerou, especialmente, as questões relacionadas ao pertencimento no espaço universitário, às relações raciais e às formas pelas quais os entrevistados interpretam suas trajetórias durante a formação médica. Esse percurso analítico possibilitou

²Heteroidentificação é o procedimento complementar à autodeclaração racial, utilizado pela instituição para verificar a condição racial declarada, a partir de critérios fenotípicos.

³A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFRJ, sob o Parecer nº 7.314.151, tendo sido observados os procedimentos éticos relativos à participação dos entrevistados e ao tratamento das informações produzidas no campo.

apreender as experiências dos participantes para além de suas dimensões individuais, considerando-as em diálogo com as condições sociais e raciais que atravessam suas trajetórias acadêmicas.

3 TRAJETÓRIAS ACADÊMICAS DE MÉDICOS COTISTAS EGRESSOS DA UFRJ

As trajetórias acadêmicas dos médicos egressos entrevistados mostraram que a permanência constitui uma dimensão importante da democratização da formação médica, mas não é suficiente, por si só, para compreendê-la. Para além da possibilidade de permanecer no curso, é necessário considerar as condições em que essa permanência se efetiva ao longo da formação.

As narrativas indicam que a ampliação do acesso por meio das políticas de ação afirmativa não foi necessariamente acompanhada por mudanças equivalentes nas relações e nas estruturas que caracterizam a formação médica. Embora os participantes tenham ingressado em um curso no qual a presença de estudantes negros foi ampliada pelas políticas de reserva de vagas, suas experiências revelaram a permanência de desigualdades raciais e sociais, expressas tanto nas relações entre estudantes quanto nas interações com professores e pacientes.

As experiências narradas pelos participantes são singulares e não permitem generalizações sobre o conjunto dos estudantes cotistas do curso de medicina. Entretanto, as recorrências identificadas nas entrevistas — relacionadas à baixa diversidade racial percebida, às diferenças de classe, às experiências de racismo e às situações de deslegitimação — permitem problematizar os limites da democratização da formação médica. É a partir dessas dimensões que as narrativas dos entrevistados são analisadas a seguir, evidenciando como as desigualdades se manifestam no cotidiano acadêmico e como são interpretadas pelos próprios sujeitos.

3.1 Sociabilidade, diversidade racial e pertencimento no ambiente acadêmico

Os relatos dos entrevistados revelam que raça e classe atravessaram as relações entre estudantes e influenciaram suas percepções de pertencimento ao curso.

Quando convidados a refletir sobre a diversidade racial na graduação, Bento, Francisco e Marina destacaram a presença reduzida de estudantes negros. Bento relatou: “Se a gente for fazer um recorte de turmas, você vê que existe uma grande desproporcionalidade de pessoas negras e indígenas dentro da faculdade de medicina. Mesmo tendo uma turma que tem uma diversidade maior [...] ainda assim é aquém do número mínimo que a gente deveria ter.”.

Francisco também avaliou que sua turma “não era diversa”, percepção que associava à reduzida presença de estudantes negros. Marina, por sua vez, estimou que, em uma turma de

aproximadamente cem alunos, apenas quinze poderiam ser considerados negros, enquanto os demais eram predominantemente brancos.

Embora essas estimativas correspondam às percepções dos entrevistados e não substituam dados estatísticos sobre a composição das turmas, sua convergência é relevante para compreender como a diversidade racial era experimentada no cotidiano acadêmico. A ampliação do acesso, portanto, não se traduziu necessariamente em um ambiente percebido como racialmente diverso.

Outra questão que emerge com as políticas de ação afirmativa, neste período, diz respeito à própria dinâmica da autodeclaração racial no acesso às vagas reservadas, a possibilidade de que sujeitos que não são socialmente reconhecidos como negros tenham passado a se autodeclarar pretos ou pardos com o objetivo de acessar as vagas reservadas pela política de cotas.

A partir dessa compreensão, a perspectiva racial articula-se ainda às diferenças de classe e às formas de sociabilidade. Bento descreveu os primeiros períodos como marcados pela formação de “grupinhos”, “panelinhas” e “clubes de amigos” “muitos conflitos”. Francisco associou suas dificuldades de interação às diferenças socioeconômicas existentes entre ele e parte dos colegas. Embora não se considerasse em situação financeira desfavorável, percebia que alguns estudantes dispunham de maior poder aquisitivo e de condições econômicas mais privilegiadas, o que, em sua percepção, estabelecia diferenças que influenciavam as relações e a convivência no ambiente acadêmico. Marina acrescentou outra dimensão à discussão ao relatar situações em que colegas que conviviam com ela em sala de aula praticamente não estabeleciam comunicação no cotidiano, aproximando-se dela, apenas, em festas e em situações nas quais estavam sob efeito de álcool. O relato não permite atribuir cada episódio exclusivamente à raça, mas evidencia uma experiência de pertencimento fragilizado e de reconhecimento limitado nas relações da turma.

A trajetória de Beatriz constitui um contraponto importante. Embora reconheça o racismo como parte de sua experiência social e educacional, afirmou que “nunca me senti limitada” por ele. Seu retorno à graduação durante a pandemia também foi marcado pela construção de vínculos positivos, relatando ter sido “recebida de braços abertos” pela nova turma. A experiência de Beatriz mostra que condições semelhantes não produzem efeitos idênticos sobre todos os sujeitos. As formas de percepção, enfrentamento e construção de pertencimento são atravessadas pelas redes de sociabilidade e pelos recursos disponíveis em cada trajetória.

As experiências relatadas indicam que a presença de estudantes negros no ambiente acadêmico não se traduziu, necessariamente, em sentimento de pertencimento, evidenciando os limites das relações.

3.2 Permanência material e simbólica na formação médica

A permanência no ensino superior ultrapassa a dimensão da subsistência financeira e envolve também pertencimento e reconhecimento acadêmico. No curso de medicina, a dedicação integral, os custos de materiais específicos e as exigências associadas à formação podem produzir obstáculos diferenciados entre estudantes com distintas condições socioeconômicas e trajetórias familiares.

Nesse sentido, a noção de permanência material é insuficiente para compreender experiências nas quais os estudantes concluem o curso, mas enfrentam custos associados à adaptação e ao pertencimento em um espaço seletivo. Como aponta Bourdieu (1989), espaços educacionais socialmente hierarquizados podem operar segundo disposições e códigos que não são igualmente familiares a todos os estudantes. As narrativas analisadas permitem observar como essas diferenças de recursos econômicos atravessam a experiência da formação médica.

O relato de Bento evidencia de maneira particular essa dimensão. Natural da região Norte e oriundo de uma família com condições econômicas limitadas, foi o primeiro de seu núcleo familiar a cursar medicina. Seus pais possuíam baixa escolarização, mas exerceram papel importante no incentivo à sua trajetória educacional. A ausência de experiência familiar no ensino superior não significou, portanto, ausência de valorização da educação. Contudo, o apoio familiar não podia ser convertido em recursos econômicos ou em familiaridade com os códigos específicos do universo universitário. A referência de um tio que havia sido o único, entre treze irmãos, a concluir o ensino médio e ingressar no ensino superior também funcionou como horizonte de possibilidade.

Ainda assim, a formação médica impôs exigências que ultrapassavam os recursos familiares disponíveis. O auxílio acadêmico recebido por Bento mostra, nesse caso, a importância do suporte institucional para viabilizar a permanência de estudantes que não dispõem de recursos econômicos suficientes para responder autonomamente às exigências do curso.

As trajetórias de Beatriz e Francisco apresentam condições materiais distintas. Ambos provinham de famílias de classe média e relataram não ter enfrentado dificuldades financeiras significativas durante a graduação. Beatriz tem pais professores e com formação superior, enquanto Francisco também possuía uma trajetória familiar marcada por escolarização e inserções profissionais relativamente estáveis. Essas condições não eliminam os desafios acadêmicos, mas podem reduzir a necessidade de conciliar a formação com atividades remuneradas e oferecer maior familiaridade com as exigências e códigos do universo universitário.

Marina acrescenta outra combinação de recursos. Embora tivesse uma mãe com formação em nível de pós-graduação, enfrentou circunstâncias familiares adversas após a perda do pai e concluiu a graduação sem auxílio institucional. Sua trajetória evidencia que capital escolar familiar e disponibilidade econômica não são dimensões equivalentes. A escolarização dos pais pode constituir recurso importante, mas não garante, por si só, condições materiais favoráveis.

Quando analisadas em conjunto, as quatro trajetórias revelam combinações distintas de recursos econômicos, capital escolar, apoio familiar e suporte institucional. Bento dependia mais diretamente da articulação entre incentivo familiar e auxílio acadêmico, Beatriz e Francisco dispunham de maior estabilidade material e de trajetórias parentais marcadas pela escolarização; Marina, apesar da elevada escolarização materna, enfrentou circunstâncias familiares adversas e não contou com auxílio institucional.

Essas diferenças evidenciam que os sujeitos chegam ao curso dispondo de volumes diferenciados de recursos que interferem nas possibilidades de responder às exigências materiais e simbólicas da formação médica. A conclusão do curso, portanto, não deve ser interpretada exclusivamente como resultado de esforço individual, mas como produto da articulação entre recursos familiares, estratégias pessoais e, em alguns casos, mecanismos institucionais de apoio.

A finalização do curso constitui, nesse sentido, uma das dimensões da democratização da educação superior. A abertura das portas de entrada é condição fundamental, mas sua efetividade depende também das outras como a criação de condições para que estudantes de diferentes origens sociais possam cursar de forma digna como sujeitos legítimos daquele espaço acadêmico.

3.3 Racismo e experiências de deslegitimação no ambiente acadêmico

As experiências dos entrevistados mostram que o acesso à formação médica também envolveu disputas em torno da legitimidade da presença negra. Os relatos indicam que a presença negra em sala de aula continua sendo percebida como minoritária e que os estudantes se deparavam com questionamentos sobre sua aparência e competência.

A questão da representatividade apareceu associada às controvérsias em torno da utilização das cotas por pessoas não negras e aos questionamentos sobre a autodeclaração. Bento recordou a atuação do coletivo negro da medicina em discussões sobre os fraudadores das cotas. Beatriz também relatou ter acompanhado debates sobre estudantes que, segundo a percepção dos integrantes do coletivo, não seriam negros, embora tivessem se autodeclarado e ingressado pela política de ação afirmativa de cotas raciais. Francisco mencionou situações que chegaram a

procedimentos administrativos, enquanto Marina acompanhou as mobilizações durante a pandemia relacionadas a denúncias de fraudes, embora tenha optado por não participar diretamente.

Mais do que a existência ou não de casos individuais de fraude, as controvérsias sobre a autodeclaração adquiriam significado que ultrapassava os casos particulares, relacionando-se à própria legitimidade da presença negra na medicina.

A adoção do procedimento de heteroidentificação é interpretada por Bento como uma mudança capaz de produzir efeitos sobre a composição racial das turmas. Ao comparar sua experiência com turmas que ingressaram posteriormente, afirmou perceber maior diversidade e associou essa transformação à implementação das bancas de heteroidentificação. Seu relato é relevante por evidenciar como os próprios beneficiários das políticas interpretam mudanças institucionais e as relacionam à ampliação da presença negra em espaços historicamente marcados pela predominância branca.

As experiências de deslegitimação também aparecem em situações no cotidiano acadêmico. Beatriz relatou que, em uma atividade com pacientes, ela e outro estudante negro foram identificados como enfermeiros, enquanto uma colega branca que estava ao lado foi reconhecida como médica. A situação mostra que determinadas expectativas sobre quem ocupa posições profissionais podem ser atravessadas pela raça, mesmo quando estudantes negros já ocupam aquele espaço de formação.

Os relatos envolvendo docentes tornam essa dimensão ainda mais evidente. Um dos episódios mais significativos foi narrado por Bento e Marina durante uma atividade prática do ciclo clínico. A situação teve início com questionamentos da professora sobre o cabelo de estudantes e como eles utilizavam os cabelos e avançou para uma discussão sobre a ausência de estetoscópios próprios. Como o equipamento representava uma despesa significativa, os estudantes compartilhavam os instrumentos disponíveis no serviço.

Segundo Bento e posteriormente relatado por Marina, a professora transformou a situação em motivo de constrangimento diante do paciente, insistindo sobre a ausência de estetoscópios individuais mesmo havendo equipamentos disponíveis no serviço. A dimensão racial apareceu de maneira explícita quando a professora perguntou a Marina se aquela também seria “Isso também é uma questão de raça?”. Marina respondeu que se tratava de uma questão financeira, ressaltando o custo do equipamento e a impossibilidade de alguns estudantes adquiri-lo naquele momento. A discussão prosseguiu até que a professora se afastou, deixando a estudante chorando diante do paciente, o acolhimento recebido posteriormente do próprio paciente contrasta com a postura da

docente. Os relatos dos entrevistados mostram como as marcas de raça e classe atravessaram profundamente a sua formação, desvelando contradições de uma universidade que, embora mantenha seu discurso inclusivo, ainda não incorporou nas práticas pedagógicas, pois ainda opera sob lógicas excludentes e discriminatórias. Nesse sentido, como Gonzalez e Hasenbalg (1982) apontam, todos nós sabemos o prejuízo social que causa o racismo. Quando uma pessoa não gosta de um negro, é lamentável, mas quando toda uma sociedade assume atitudes racistas ou se nega a enfrentá-las, o resultado é trágico para nós, negros. Trata-se do racismo institucionalizado, que opera silenciosamente, naturalizando a exclusão.

O episódio também evidencia que a impossibilidade de adquirir o estetoscópio estava relacionada às condições econômicas dos estudantes, mas a forma como a situação foi mobilizada pela professora ocorreu em meio a questionamentos sobre a raça. Bento interpretou o episódio como uma “confluência de tantas violências”, identificando dimensões relacionadas a raça, classe, gênero e sexualidade. A experiência sugere que diferentes marcadores sociais podem se sobrepor em uma mesma situação, produzindo formas específicas de constrangimento e deslegitimação.

A questão do cabelo aparece também no relato de Francisco, em episódio envolvendo dois colegas negros que utilizavam cabelo *black power*. Segundo o entrevistado, a professora considerou inadequada a presença daqueles cabelos no ambiente hospitalar, alegando risco de contaminação. Os estudantes questionaram a existência de evidências que sustentassem a afirmação, uma vez que não havia, naquele contexto, exigência geral de cobertura dos cabelos e outros estudantes com cabelos longos e lisos não eram submetidos à mesma cobrança. Para Francisco, o aspecto mais significativo estava justamente na seleção dos estudantes que foram chamados para conversar, eram aqueles que utilizavam o cabelo *black power*.

Uma norma aparentemente geral pode assumir caráter racializado quando aplicada de forma diferenciada a determinados corpos. A justificativa posterior da professora quando questionada pelos alunos sobre a atitude e ela respondeu — de que não poderia ser racista porque possuía uma avó zulu — mesmo sendo ela uma mulher fenotipicamente branca. Gonzalez, Hasenbalg (1982), afirmam que os efeitos das práticas discriminatórias em uma sociedade racista não apenas impõem barreiras materiais, mas também afetam subjetivamente os indivíduos negros, limitando suas motivações e aspirações. Ao considerar tais reflexões, torna-se evidente que o enfrentamento do racismo no espaço universitário deve atravessar toda a experiência formativa.

Os relatos de Bento, Marina e Francisco convergem, assim, para uma dimensão que ultrapassa manifestações racistas explicitamente verbalizadas, a experiência de ter o corpo, a

aparência, a capacidade ou a posição profissional submetidos a escrutínio diferenciado. O cabelo de estudantes negros torna-se objeto de rejeição, a condição econômica é exposta como sinal de inadequação e a posição de estudante de medicina é questionada por uma paciente.

Ao mesmo tempo, os entrevistados desenvolveram diferentes formas de resistência. Bento relata ter confrontado diretamente a professora e afirmado que preferiria até mesmo uma eventual reprovação a continuar submetido àquela situação. Marina respondeu ao questionamento sobre raça e recusou a ideia de modificar sua aparência para atender a expectativas externas. Francisco e seus colegas consideraram a possibilidade de formalizar uma denúncia, embora os estudantes diretamente envolvidos tenham decidido não prosseguir. Beatriz, por sua vez, encontrou no coletivo negro da medicina um espaço de participação e discussão sobre questões raciais vivenciadas no curso.

A análise das entrevistas permite compreender que a democratização de acesso na formação médica não se encerra na reserva de vagas. Os entrevistados conquistaram o direito de ocupar aquele espaço, mas encontraram situações nas quais sua presença, aparência, condição econômica ou competência foram questionadas.

Nesse sentido, permanecer na formação médica envolveu também uma disputa cotidiana pelo reconhecimento da própria legitimidade. As ações afirmativas produziram mudanças importantes, mas sua efetividade precisa ser observada também a partir das experiências vividas depois do ingresso. Para os entrevistados, permanecer significou não apenas concluir disciplinas e alcançar o diploma, mas construir vínculos, enfrentar desigualdades e em diferentes circunstâncias, afirmar a própria legitimidade em um espaço ainda atravessado por padrões raciais e sociais historicamente excludentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os percursos acadêmicos dos médicos cotistas egressos da Universidade Federal do Rio de Janeiro evidenciam que os efeitos das políticas de ação afirmativa ultrapassam a ampliação do acesso à formação médica. Em um campo historicamente marcado pela seletividade social e racial, o ingresso de estudantes cotistas constitui uma mudança relevante no perfil social e racial da universidade, mas não elimina as desigualdades que atravessam a experiência acadêmica.

As trajetórias analisadas mostram, inicialmente, que não corresponde a uma experiência homogênea. Os entrevistados ingressaram no curso dispondo de diferentes recursos econômicos, capital escolar, redes de apoio e referências familiares. Enquanto alguns contaram com maior

estabilidade material, outros dependeram mais diretamente de apoio institucional ou de estratégias próprias para enfrentar as exigências da formação médica.

A permanência revelou-se, nesse sentido, uma das dimensões da democratização. Entretanto, permanecer não significa apenas evitar a evasão ou dispor dos recursos materiais necessários à formação, mas também construir redes de sociabilidade, referências e condições de pertencimento. As diferentes trajetórias mostraram que apoio familiar, capital escolar e assistência estudantil se combinam de maneiras distintas.

A dimensão racial acrescenta outra camada a esse processo. As narrativas indicam que a ampliação do acesso de estudantes negros não foi acompanhada, na mesma proporção, pela mudança das relações e dos padrões de reconhecimento no interior do curso. A baixa representatividade negra percebida pelos entrevistados e os episódios de deslegitimação relatados revelam que a presença negra continua atravessada por disputas de pertencimento e reconhecimento. Ao mesmo tempo, a heterogeneidade das experiências demonstra que o racismo é enfrentado de formas diferentes por todos os sujeitos, que desenvolvem estratégias de enfrentamento, contestação e construção de pertencimento.

Os resultados permitem, assim, compreender que a efetividade das políticas de ação afirmativa necessita também da capacidade institucional de enfrentar o racismo estrutural e as desigualdades que se reproduzem nas relações acadêmicas e nos processos cotidianos. Nesse sentido, a conclusão do curso pelos entrevistados constitui não apenas resultado de trajetórias individuais, mas também expressão de uma transformação na composição social e racial da formação médica.

Por fim, considera-se importante a implementação de iniciativas voltadas ao enfrentamento do racismo institucional. Tal enfrentamento deve fazer parte de um compromisso efetivo da gestão universitária, com a promoção de políticas antirracistas, o que inclui, entre outras ações, a educação continuada do corpo docente, letramento racial para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas e críticas às desigualdades raciais. O combate ao racismo institucional não pode ser visto como um gesto isolado, mas como uma responsabilidade coletiva da universidade pública, para que esta se constitua, de fato, como um espaço democrático, plural e comprometido com a justiça social.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. (1989), *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

CUNHA, Luiz Antônio. (2003), "O ensino superior no octênio FHC". *Educação & Sociedade*, v. 24, n. 82, pp. 37-61. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0101-73302003000100003>, acessado em 18/02/2025.

FERES JÚNIOR, João; DAFLON, Verônica; CAMPOS, Luiz Augusto. (2011), *A ação afirmativa no ensino superior brasileiro: levantamento das políticas de ação afirmativa*. Rio de Janeiro, GEMAA/IESP-UERJ, pp. 1-20.

GOMES, Nilma Lino. (2017), *O movimento negro educador: saberes construídos na luta por emancipação*. Petrópolis, RJ, Vozes.

GOMES, Nilma Lino. (2019), "Cotas aperfeiçoaram a democracia na universidade". [Entrevista concedida a]. *Comunicação UFMG*.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. (1982), *Lugar de negro*. Rio de Janeiro, Marco Zero.

HERINGER, R. R. Ação afirmativa e igualdade racial no ensino superior brasileiro no período 2005-2022. *ADVIR (ASDUERJ)*, v. 43, p. 7-14, 2023

HERINGER, Rosana; FERREIRA, Renato. (2011), "Análise das principais políticas de inclusão de estudantes negros no ensino superior no Brasil no período 2001-2008". *Observatório da Jurisdição Constitucional*, ano 5, n. 1. Disponível em <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/observatorio/article/view/683>, acessado em 22/01/2025.

KAUFMANN, Jean-Claude. (2013), *A entrevista compreensiva: um guia para pesquisa de campo*. Petrópolis, Vozes / Maceió, Edufal.

MAGALHÃES, Maria Aparecida; MENEZES, Luciana de Oliveira. Ação afirmativa na UFRJ: a implantação de uma política e os dilemas da permanência. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 32, p. 59–74, 2014.

Disponível em: <https://revistas.pucrio.br/index.php/osocialemquestao/article/view/1035>. Acesso em: 20 jan. 2025.

MARTINS, Melina Klitzke. (2018), *Há tendência de democratização no acesso a cursos de prestígio da UFRJ, Análise com base no perfil dos ingressantes – 2013 a 2016*. Dissertação de Mestrado em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em <http://lepesufrj.org.br/dissertacoes/>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (2012), "Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade". *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, n. 3, pp. 621-626. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>.

PAIXÃO, Marcelo. Memórias de uma luta inesquecível. In: Dossiê Afirmativo: A universidade do Brasil. *Jornal da AdUFRJ*, Rio de Janeiro, ano 15 n. 1 p. 14-20, maio 2016. Disponível em: https://adufri.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Revista_Adufri_01.pdf Acesso em: 14 mar. 2025.

SENKEVICS, Adriano Souza. (2021), *O acesso, ao inverso: desigualdades à sombra da expansão do ensino superior brasileiro (1991–2020)*. Tese de Doutorado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em <https://doi.org/10.11606/T.48.2021.tde-11012022-103758>, acessado em 18/01/2025.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA:

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo está disponível no Laboratório de Estudos e Pesquisa em Educação Superior (LEPES/UFRJ) e pode ser acessado em <https://lepesufrj.org.br/>.

FINANCIAMENTO: Esta pesquisa não recebeu nenhuma subvenção específica de qualquer agência de financiamento dos setores público, privado ou sem fins lucrativos.

CONTRIBUIÇÃO DA AUTORA: Márcia Meibel da Rosa Dantas: Conceituação, Metodologia, Investigação, Análise Formal, Curadoria de Dados, Redação – Rascunho Original, Redação – Revisão e Edição.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE: A autora declara não haver conflito de interesses a mencionar.

MINIBIOGRAFIAS DOS/DAS AUTORAS DO PAPER

Márcia Meibel da Rosa Dantas: Mestra em Educação pela UFRJ e servidora pública na Diretoria de Admissão (DIRAD/SGAADA/UFRJ). Graduada em Fisioterapia (Unicentro). É pesquisadora na área de políticas de ação afirmativa, ensino superior, desigualdades raciais e egressos no mercado de trabalho.

DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Utilizou-se ferramenta de inteligência artificial ChatGPT (OpenAI) para auxiliar no processo de revisão linguística e organização textual do manuscrito. A análise, interpretação dos dados, construção dos argumentos, referências e conteúdo final são de responsabilidade exclusiva da autora.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.